

A televisão pública como janela de exibição do cinema nacional¹

Tiago Nunes SEVERINO²
Universidade Federal de São Carlos, SP

Resumo

Este artigo faz uma análise sobre a veiculação de filmes nacionais na televisão. Dados da Ancine mostram que a maior parte dos títulos de longas-metragens nacionais exibidos, nos últimos seis anos, na TV aberta foram transmitidos por canais públicos. O texto tem como referência a TV Brasil para compreender como se organizam esses filmes, seu perfil e os motivos que levaram o canal a ser o maior exibidor do cinema nacional na televisão aberta. São feitas, ainda, críticas a falta de uma cota de tela para o filme nacional na televisão, como acontece no cinema, o que acabou por tornar as emissoras públicas um gueto cultural dos filmes brasileiros, em especial, dos documentários.

Palavras-chave: Televisão pública, cinema brasileiro, legislação, TV Brasil.

O mercado audiovisual nacional é marcado pela interferência do filme estrangeiro, em especial do americano. Seja no cinema ou na televisão, a quantidade de filmes oriundos de outros países é maioria. Com exceção da Globo, que possui seu braço cinematográfico, a Globo Filmes, a exibição dos filmes nacionais na televisão comercial aberta é pífia.

Como apontam os dados da Agência Nacional do Cinema (Ancine), os filmes brasileiros estão presentes de maneira mais incisiva nos canais públicos, TV Cultura e TV Brasil. O texto faz uma análise a partir dos apontamentos de Cifuentes (2002) e Martin-Barbero (2002) sobre as características dos canais públicos que podem ter favorecido o maior apoio aos filmes nacionais. O trabalho toma a TV Brasil como referência para enxergar como esses valores se articulam com a criação do canal, sua proposta e desafios impostos pelos instrumentos normativos que regulam a emissora.

Uma das constatações é que a cinematografia exibida pelo canal é composta em especial por documentários e convive atualmente com barreiras para sua plena visibilidade, em função dos baixos índices de audiência. Essa situação é analisada com base no entendimento de Dominique Wolton (1996) sobre a televisão pública cultural. Ou seja, o canal público recebe a missão de exibir o que não é mostrado pelos veículos comerciais,

¹ Trabalho apresentado no GP Cinema do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Imagem e Som da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). É professor do Instituto Federal do Sul de Minas (Ifsuldeminas). tiagonseverino@gmail.com

mas dado sua estrutura e a falta de uma regulamentação para o setor privado no país, a televisão pública se converte em um gueto para um grupo de gêneros e programas que pouco interessa as empresas privadas de radiodifusão.

Cinema e televisão

O cinema brasileiro é marcado pela forte concorrência do produto estrangeiro. No livro *Cinema brasileiro: propostas para uma história*, Jean Claude Bernardet (2009) afirma que não é possível entender a produção nacional sem considerar a presença maciça e agressiva do filme originário, sobretudo, da Europa e dos Estados Unidos.

Essa condição faz com que as salas de cinema sejam dominadas pelo produto americano de Hollywood, que chega ao Brasil com grande apelo para o espectador, graças às diversas estratégias de divulgação empregadas para a promoção de cada título.

Bernardet identifica a primeira ação do Estado em favor do mercado audiovisual em 1932. Tratava-se do estabelecimento de cotas de exibição. Para cada longa estrangeiro, deveria ser exibido um curta nacional; em 1939, foi estabelecido um longa nacional por sala; em 1946, o número saltou para três; em 1951, um filme nacional para cada oito estrangeiros; em 1959, cada sala deveria dedicar 42 dias ao produto nacional.

A cota de tela em vigor no ano de 2013 foi determinada pelo decreto 7.874 de 7 de dezembro de 2012. Nele, estão estipulados o número de títulos e dias de exibição a partir da quantidade de salas do complexo de exibição. Um cinema, por exemplo, que dispõe de uma única sala deve dedicar 28 dias ao filme nacional e exibir, no mínimo, três títulos.

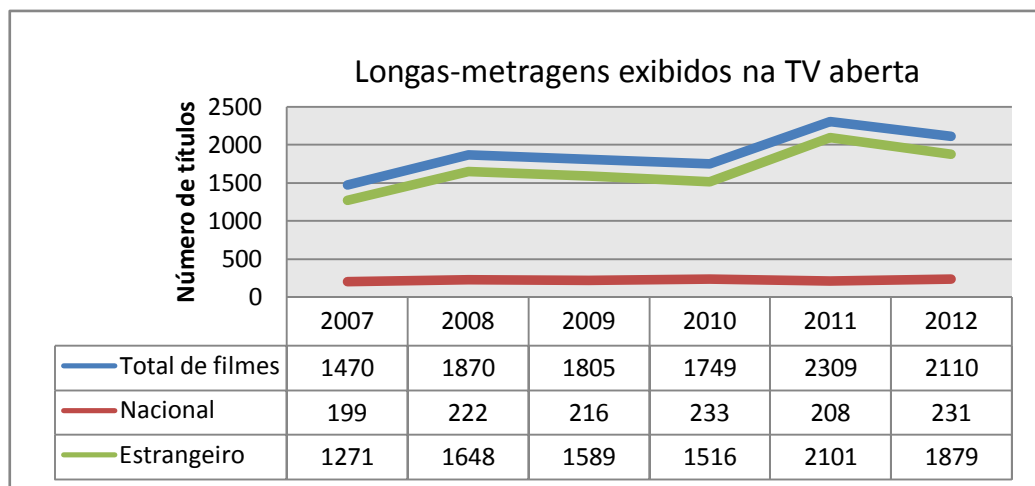
Bernardet critica o método adotado pelo governo brasileiro para garantir espaço nas salas de cinema do país para o filme produzido aqui. “Basicamente questionável foi ter criado uma reserva de mercado para o filme brasileiro (...) ao fazer isso, é o cinema estrangeiro de fato que ele protege cerceando a produção local, a quem sobram migalhas” (2009, p.54).

A lógica que impera no mercado interno, de interferência pelo produto audiovisual estrangeiro, não afeta somente o cinema. Na televisão, com exceção da novela, do telejornalismo e de alguns grupos de programas, que conseguiram se impor, “fica mais barato para as emissoras comprar enlatados americanos, seriados ou filmes (...) do que produzir ou adquirir os direitos de produção feitos no Brasil” (BERNARDET, 2009, p.25).

O texto de Bernardet trata das primeiras décadas da televisão. No entanto, apesar da distância do tempo, a invasão do produto audiovisual americano na televisão aberta brasileira ainda continua a ser uma realidade. Um levantamento no relatório de monitoramento da televisão aberta da Agência Nacional do Cinema (Ancine) comprova que a afirmação do autor continua válida no que se refere à presença do filme estrangeiro na televisão.

Durante o período dos anos de 2011 e 2012, a programação das emissoras abertas foi de produções majoritariamente nacionais. Segundo o relatório da Ancine, em média 80,49% de horas de programação foi feita no país. Porém, há desníveis entre as próprias emissoras abertas. Enquanto algumas tem uma média de horas de programação nacional acima de 90%, como é o caso Globo e Gazeta; outras mal conseguem superar 60%, como o SBT.

Já os números de exibição de longas-metragens mostram como o produto estrangeiro está presente na televisão nacional e persiste em não abrir espaço para o cinema nacional. Ao observar um período mais abrangente, 2007-2012, fica caracterizado como os filmes brasileiros foram esquecidos por um grupo de emissoras. Em média, os filmes produzidos no país representam 9 a 15% do número total de títulos exibidos por ano. Em 2012, por exemplo, foram ao ar 2101 títulos estrangeiros e 208 nacionais, o que representa somente 9,9% do total.



Fonte: Relatório de Monitoramento da TV Aberta – Ancine (2007-2012)

No relatório, há emissoras que ao longo do período analisado, apresentou somente quatro ou cinco títulos, como Record e Band. Outras nunca exibiram um filme nacional,

como a Rede TV!. Os maiores índices de exibição pertencem aos canais públicos, TV Cultura, que exibiu uma média de 58 filmes por ano e TV Brasil, com média de 85. Entre os canais comerciais a maior exibidora é a rede Globo com média de 70 longas anualmente, graças à estrutura e método de trabalho organizado pela Globo Filmes³, que atua em parceria com produtoras externas para a realização de filmes.

Número de títulos de longas-metragens nacionais exibidos por emissora

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
BAND	4	1	0	1	0	2
CNT	6	3	0	0	0	0
Record	2	1	1	0	0	1
Rede TV	0	0	0	0	0	0
SBT	0	1	2	0	0	0
TV Cultura	45	39	54	73	54	84
TV Gazeta	0	0	0	0	0	0
Globo	61	70	75	79	74	65
TV Brasil	81	107	84	80	80	79
MTV	0	0	0	0	0	0

Fonte: Relatório de Monitoramento da TV Aberta – Ancine (2007-2012)

Filmes na televisão pública

Os dados mostram que a exibição de filmes nacionais foi feita em maior parte pelos canais públicos. Alguns fatores podem contribuir para esse cenário. A televisão pública possui um grupo de regras bem delimitadas. Como operam com recursos públicos, TV Cultura e TV Brasil tem uma série de normativas que estabelecem seu modo de operação. Por sua vez, os canais privados seguem exclusivamente as regras de mercado impostas, em especial, pela audiência e custos de produção. Como não existe uma cota de tela para a televisão, como acontece no cinema, os critérios de programação das sessões de exibição de filmes na TV ficam a cargo do programador do canal.

Diego Portales Cifuentes em texto que trata da televisão pública na América Latina diz que enquanto os canais públicos procuram maximizar os serviços públicos, a TV comercial visa como resultado o lucro. Ele explica o conceito de serviço público aplicado à televisão. Segundo ele, trata-se de apresentar na tela valores como “diversidade e

³ A Globo Filmes é o braço cinematográfico das Organizações Globo S/A. Ela foi criada em 1998. Segundo dados da empresa, ela já produziu e/ou co-produziu cerca de 140 filmes com alcance de aproximadamente 160 milhões de espectadores.

pluralismo, o respeito à dignidade de todos os seres humanos, o estímulo à liberdade, a criatividade e a inovação” (2002, p.129).

O cumprimento dessa missão se expressa na definição de um perfil programático bem particular, capaz de selecionar, organizar e dispor gêneros e formatos que estejam vinculados à proposta fundamental das emissoras públicas. De acordo com Cifuentes, são três valores fundamentais que norteiam a televisão pública: expressão plural da diversidade, cobertura nacional descentralizada e experimentação.

Para Cifuentes, cada nação é constituída por um grupo de culturas, principalmente na América Latina, que tem sua história marcada por uma relação com as metrópoles européias e, posteriormente por um grupo de interferências políticas externas. A TV comercial mostra apenas a visão determinada por seus dirigentes e exclui aqueles que estão fora do universo urbano. A televisão pública permite a apresentação de culturas e pessoas que não estão nesse eixo. Essa condição é a expressão plural da diversidade. A segunda característica se vincula a ela. A cobertura nacional descentralizada existe justamente porque a audiência na televisão pública não é um fator decisivo para sua operação. Isso permite uma aproximação com produtoras independentes, canais regionais e abordagem de conteúdo fora das grandes metrópoles. “A televisão pública pode e deve se esforçar para buscar novos formatos e atender a demandas de públicos minoritários” (2002, p.132).

A experimentação acontece, na visão de Cifuentes, na escolha de gêneros e adoção de modos de linguagem nos programas. Enquanto os canais comerciais se valem de estruturas já consagradas, para não correr riscos, a televisão pública não precisa se prender a modelos dominantes. Ela tem como prerrogativa inovar e servir como instrumento pedagógico de novas visualidades para o público.

Ligada a essas condições, há, ainda, os dispositivos legais que orientam e normatizam cada emissora pública. São eles, sobretudo, que permitem que a TV Brasil seja o canal com a maior quantidade de exibição de longas-metragens nacionais. Desde as primeiras discussões para implementação do canal, composição da diretoria e organização legal há o apoio à produção nacional como uma condição fundamental para sua atuação.

TV Brasil

A TV Brasil entrou no ar em dezembro de 2007. Ela foi resultado da fusão de três emissoras: TVE do Rio de Janeiro, TVE Maranhão e TV Nacional, de Brasília. A emissora

pertence à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), estatal do Poder Executivo federal, vinculada a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom). A EBC substituiu a Radiobrás, por meio da lei 11.652 de 7 de Abril de 2008. Além da TV Brasil, a EBC, ainda, é responsável por gerir a NBR, canal de TV que faz a cobertura dos atos presidenciais, e também de nove rádios, entre elas MEC FM e Rádio Nacional.

Na lei que criou a EBC (BRASIL, 2008), ficou estipulado também como deve ser o modo de atuação dos veículos de comunicação mantidos sob a gestão da estatal. Alguns aspectos evidenciam o motivo que tornou a TV Brasil a principal exibidora de filmes nacionais no país. Está definido na legislação que os canais da EBC tem como princípio a complementaridade entre os serviços de radiodifusão público e privado. Assim, ela deve encontrar segmentos de conteúdo que não estejam sendo contemplados por outras emissoras, como Globo, Record e SBT.

Há também na lista de princípios a promoção da cultura nacional. A medida obriga a TV Brasil a ter uma visão do audiovisual fora do esquema de mercado em vigor no país, em que uma parcela considerável do que é exibido de séries e filmes tem origem estrangeira e carrega consigo um grupo de valores daqueles países.

A lei coloca como princípio dos canais da EBC, também, fomentar a produção audiovisual nacional. Sobre esse assunto, percebe-se a tentativa da legislação de tornar os veículos do Poder Executivo federal um espaço para os produtores nacionais. Ela coloca como prerrogativa o estímulo à produção independente e regional, como uma maneira de colocar em evidência imagens, assuntos e conteúdo que estão fora do eixo comumente contemplado pela maior parte dos grandes veículos de comunicação.

Todos esses itens, citados anteriormente, são elencados pela lei 11.652 como princípios. A legislação não cria sessões e faixas exclusivas para a veiculação de conteúdo independente, por exemplo. Dessa forma, as atribuições legais se aproximam daquilo que Martin-Barbero (2002) estabelece com um das características básicas das emissoras públicas no que tange a exibição de conteúdo cultural. Segundo ele, a cultura não pode ser abordada em uma faixa específica ao longo da programação, mas ser resultado de um projeto que atravessa um conteúdo exclusivo e alcança todos os gêneros.

A idéia de um projeto de televisão pública nacional começou ganhar forma em 2003. No Seminário Desafios da Televisão Pública, realizado pela TVE Rio de Janeiro, foi inaugurada uma série de discussões que iriam acontecer ao longo dos anos seguintes sobre a

construção de um canal capaz de oferecer uma programação com condições de dialogar com o cidadão, como apontou a então presidente da TVE, Beth Carmona (2003).

Até a formação da EBC e da TV Brasil, foram necessários cerca de quatro anos e intensos debates na esfera política. Rocha (2013) identifica que a legitimação da proposta foi alcançada graças a um projeto transversal que contou com a participação de órgãos do governo (Ministérios e Secretarias) e entidades da sociedade civil (ONGs, associações, movimentos sociais). A análise que a pesquisadora desenvolve tem o Ministério da Cultura (MinC) como centralidade. A atuação do MinC, na visão dela, contribuiu para o surgimento “do processo de consenso com outros setores do governo, da mídia e do poder legislativo e da sociedade civil. Tais atores se relacionam (...) a partir da reestruturação de órgãos pré-existentes, realocação de funcionários e de mais recursos” (2013, p.89).

A ação do Ministério, empreendida na época, é classificada como resultado do direcionamento dado pelos dirigentes da pasta Gilberto Gil e Juca Ferreira. Quando tomou posse em 2003, Gil indicou que o Ministério da Cultura iria se pautar pelo exercício da antropologia aplicada. A intenção era colocar a população como potencial produtora e não apenas como receptora dos produtos culturais. Acompanhando esse pensamento, a Secretaria Nacional do Audiovisual (SAV), sob a gestão de Orlando Senna, afirmou a necessidade de o órgão ter dupla finalidade: artístico e mercadológica.

A televisão pública foi colocada também como parte da agenda estratégica do Minc. Rocha conta que a SAV, em conjunto com a Secretaria de Políticas Culturais, do Ministério da Educação, e associações não-comerciais começaram a elaboração de diagnósticos e reflexões sobre a televisão pública no país. Os debates levaram à realização do I Fórum Nacional de Televisões Públicas, em 2006.

Em 10 de outubro de 2007, foi editada a Medida Provisória 318 que substituiu a Radiobrás pela EBC. No dia 31, foram nomeados os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da estatal. Em 7 de abril de 2008, a MP foi convertida na lei 11.652. A diretoria inicial tinha três dos seis membros oriundos do Ministério da Cultura: Orlando Senna, Mario Borgneth, que era assessor do Minc, e o Leopoldo Nunes, ex-presidente da Ancine.

No entanto, o processo de criação e estruturação da EBC e TV Brasil não foi simples e não houve consenso em tudo. Em junho de 2008, Senna e Mário Borgneth se afastaram da TV Brasil. O motivo apontado por Senna seria a falta de participação da sociedade civil na emissora e a forte presença do Estado na gestão. Tudo isso é

materializado pelo próprio organograma institucional da EBC, que se vincula a Secom, órgão responsável por fazer assessoria de comunicação para a Presidência. O que provocava, na visão de Senna, um engessamento administrativo.

Na pesquisa *Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na Imprensa*, Edna Miola (2012) afirma que “o caso da criação da EBC é ilustrativo de como um discurso que parece publicamente justificável (porque se sustenta na idéia de interesse público) pode esconder uma falta de abertura para discutir seus próprios pressupostos” (2012, p.268). Para Miola, não houve muitas oportunidades para análise da regulamentação e também a pressão política por parte de governistas que já tinham uma idéia já delimitada sobre o que deveria ser a EBC e seus canais.

Isso contrasta com aquilo que é apontado por Martin-Barbero (2002) em relação à gestão da televisão pública. De acordo com o pesquisador, ela deve ser capaz de eliminar os pactos e arranjos políticos para converter-se em um meio vital da percepção de participação cidadã. Barbero também diz que a televisão, de modo geral, na América Latina, ao se render ao corporativismo, a força econômica e política, distorce o rosto dos países que são exibidos.

Mapeamento dos filmes

Como mostrado, a decisão de fomentar o audiovisual nacional sempre esteve presente na TV Brasil. Ele aparece com a presença do Ministério da Cultura e da Secretaria do Audiovisual nos debates sobre o projeto da emissora e durante a fase de implantação. Há também os dispositivos legais que orientam como a emissora deve funcionar. Tudo isso contrasta com a dificuldade de gestão, apontada por Orlando Senna ao sair da direção do canal, por acreditar que havia uma interferência grande do governo.

Diante de um cenário tão amplo, a questão a ser levantada é: quais são as características dos filmes exibidos pela emissora? A intenção é tentar observar nos dados como a TV Brasil tem atuado para cumprir sua missão legal e também observar de que modo ela tem lidado com o desafio de estimular uma indústria que é marcada pela ação do produto externo.

Para isso, foi tomado com referência o relatório da Ancine sobre monitoramento da TV aberta, que fundamentou a parte inicial deste texto. Foram utilizados os dados referentes

ao ano de 2012, na seção que listou os longas-metragens exibidos por cada canal. Foram separados aqueles veiculados pela TV Brasil. Foram feitos levantamentos em bases de dados, como a Cinemateca e no site da própria TV Brasil, com a intenção de verificar duração do filme, gênero, sinopse e ano de produção.

Para apoiar a análise, foi utilizado também o relatório de gestão da emissora, com o detalhamento da audiência dos horários de exibição de filmes.

Os longas-metragens exibidos foram os seguintes:

Lista de longas-metragens exibidos na TV Brasil (2012)

Proibido Proibir	Do Luto à Luta	A Hora Da Estrela
Rádio Auriverde	Urbânia	As Vidas de Maria
Como Fazer um Filme de Amor	Soluços e soluções	À margem do lixo
Cruz e Sousa - O Poeta do Desterro	Dia dos Pais	Diário de Um Novo Mundo
Ópera do Malandro	A Hora Mágica	A Obra de Arte
A Árvore de Música	Vida de Menina	O Mão De Luva
Eles Não Usam Black-Tie	Ôrí	Entre A Luz E A Sombra
Osso, amor e papagaio	Positivas	Sambando Nas Brasas Morô
Esquina da ilusão	Se Segura Malandro	Estamira
Três Irmãos de Sangue	Faca de dois Gumes	Fala tu
Zico - o filme	A Vida é Um Sopro	Ajuricaba
O Fim do Sem Fim	Insolação	Álbum de família
Juízo	Aleluia Gretchen	Amazônia-Heranças De Uma Utopia
Memórias Do Medo	Revolução de 30	Amor & Cia
Brava Gente Brasileira	Meu Brasil	Milagre em Juazeiro
Moacir Arte Bruta	Amores Possíveis	Cartola
André, A Cara e a Coragem	Um Homem Sem Importância	Morrinho: Deus Sabe Tudo Mas Não é X9
Pro Dia Nascer Feliz	Brasileirinho	Nunca Fomos Tão Felizes
Audácia	Avenida Brasília Formosa	Santiago
O Cárcere e a rua	Capitalismo Selvagem	Corumbiara
Sinhá Moça	A Ilha dos Paqueras	5 Frações de uma Quase História
O Cangaceiro	Amélia	Fabricando Tom Zé
Os Anos JK	Faixa de Areia	Viajo porque preciso, volto porque te amo
Sábado	Travessia , o filme*	Mauá - O Imperador e o Rei

Lost Zweig	O Homem Que Virou Suco	Doces Poderes
Apolônio Brasil, campeão da alegria	A Ostra e o Vento	Doces Bárbaros

Fonte: Relatório de Monitoramento da Programação da TV aberta. Ancine (2012)

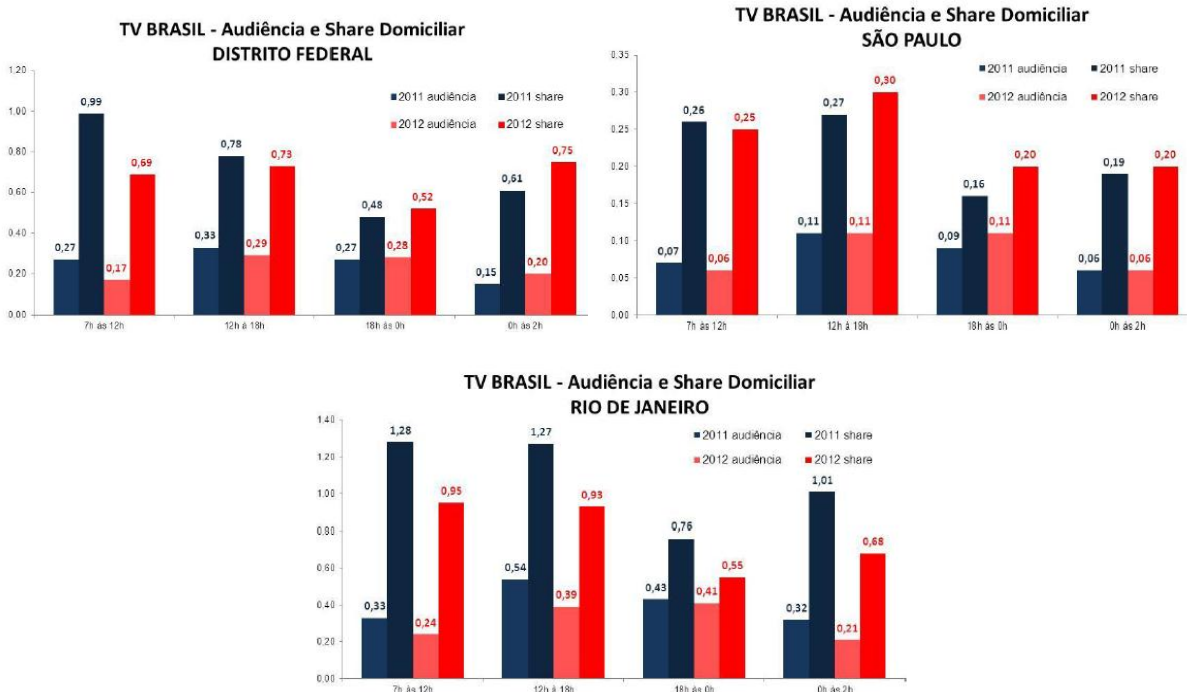
No total, foram indicados 79 filmes, contando aqueles que foram apresentados mais de uma vez, foram 111 transmissões. No entanto, o filme *Morrinho: Deus Sabe Tudo Mas Não é X9* foi colocado duas vezes na mesma listagem da Ancine. O erro no relatório obriga uma redução na contagem. Assim, foram 78 filmes e 110 exibições.

A maior parte da lista é composta por documentários (44%). Os outros são 27% drama, 12% comédia, 2% aventura, 1% musical e 1% biografia.

Em relação ao ano, os mais antigos são *Esquina da ilusão*, *O Cangaceiro* e *Sinhá Moça*, de 1953. O mais recente é o documentário *Avenida Brasília Formosa*, de 2010. Os anos 2000 são particularmente importantes para TV Brasil, uma vez que 56% dos filmes são desse período, sendo que 65% são documentários.

Sobre o número de exibições, 28 títulos foram ao ar mais de uma vez. Os filmes mais apresentados foram *O homem que virou suco* (1980), *Doces poderes* (1996), *Apolônio Brasil, campeão da alegria* (2002), *A ostra e o vento* (1997) e *Doces bárbaros* (1977). Todos tiveram três exibições cada.

Apesar do número de filmes, a pouca audiência coloca em dúvida o quanto a emissora tem efetivamente dado condições de visibilidade para esse material. Os baixos índices de audiência parecem ser uma constante na grade da emissora. O relatório de gestão mostra que nas três capitais de maior importância para a EBC – Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo - o ano de 2012 pouco alterou o quadro médio de audiência. Na capital do país, o desempenho mais satisfatório foi no horário de 0h às 2h, com 0,29 ponto. Já em São Paulo, foi entre 12h e 18h e 18h e 0h, em que o canal obteve 0,11. No Rio de Janeiro, o melhor resultado foi entre 18h e 0h. A TV Brasil teve 0,41.



Fonte: Relatório de Gestão da EBC (2012)

Os indicadores constantes de baixa audiência são o principal motivo de crítica da imprensa em relação à TV Brasil. Eles levaram o colunista da revista *Veja*, Lauro Jardim, a apelidar a TV Brasil de TV Traço, porque não consegue superar, segundo ele, a marca de um ponto. No dia 31 de julho de 2009, o jornal *Folha de São Paulo* publicou o editorial *A TV que não pega* que pede o fim da emissora. A justificativa se baseia em especial nos baixos índices de audiência. A *Folha* ainda diz que a TV Brasil, lançada para ser uma versão brasileira da BBC, se converteu em cabide de empregos e com o fracasso na audiência serve apenas para gastar recursos públicos.

Antes dos problemas políticos, a empresa padece de irrelevância técnica. Tem alcance muito restrito pela rede aberta, funcionando basicamente para clientes de operadoras de TV por assinatura. Segundo a emissora, muitos espectadores assistem à programação por antena parabólica, o que também serve como justificativa para não divulgar dados sobre audiência.

O fato é que a TV Brasil já começou mal, através de uma medida provisória, em vez do encaminhamento por projeto de lei. Tem 15 ‘representantes da sociedade civil’ em seu conselho, todos nomeados pelo presidente Lula. Os vícios de origem e o retumbante fracasso de audiência recomendam que a TV seja fechada antes que se desperdice mais dinheiro do contribuinte (FOLHA, 2009).

Em relação ao cumprimento da missão de apresentar conteúdo independente, o relatório de gestão de 2012 aponta que 15% da grade foi formada por esse tipo de material.

A lei exige o mínimo de 5%. A legislação afirma que o conteúdo independente é aquele “cuja produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de radiodifusão de sons e imagens ou prestadoras de serviços de conteúdo eletrônico” (BRASIL, 2008).

O relatório indicou que o Cine Nacional, principal espaço de exibição da emissora, é conteúdo independente. Diante do conceito estabelecido, qualquer filme que seja feito, exceto por uma empresa como a Globo pode ser enquadrado como independente. A questão a ser suscitada é justamente se essa visão de conteúdo independente se aproxima daquilo que associações e movimentos culturais também utilizam.

Gueto cultural

É possível observar no recorte sobre a exibição de longas-metragens que o documentário é o tipo de filme com maior presença e também que há uma baixa capacidade da emissora em captar a atenção do público.

A situação revela como se alinha o desafio da emissora dentro do mercado de televisão. Segundo Dominique Wolton (1996), se a televisão pública for eficiente, ela obrigaria os canais comerciais a revisarem sua postura. No entanto, o que se nota é uma dificuldade para a TV Brasil consolidar diante do público sua marca e conseguir essa revisão de postura do espaço privado.

Uma preocupação mais particular é a existência do nacional quase que exclusivamente em canais públicos. A condição dada pela legislação, fatores históricos e administrativos que permitem à TV Brasil se tornar o principal exibidor de filmes brasileiros convive com a falta de um mecanismo de regulação mais contundente para a televisão comercial, capaz de obrigá-la a veicular filmes nacionais.

Sob essa ótica, a televisão pública, em particular a TV Brasil, se tornou um gueto cultural para a exibição de filmes nacionais. Desprezado pela maior parte dos meios comerciais que preferem o esquema imposto pelo mercado, o cinema nacional está praticamente confinado as emissoras mantidas pelos entes públicos, com exceção da rede Globo.

A idéia da televisão pública como gueto cultural do audiovisual já foi mencionada por Wolton (1996). Segundo ele, a idéia de um canal cultural pode se constituir uma espécie

de barreira para o público que, por uma questão de identificação, não se sente apto para consumir a produção ali exibida.

Wolton diz que existem basicamente dois modelos de televisão: o geralista e o segmentado. Esse último é monotemático. São canais, por exemplo, como Sportv, com conteúdo esportivo; ou MTV, com conteúdo musical. O modelo geralista tem uma gama variada de temas que são abordados, bem como de gêneros e formatos. Na visão de Wolton, o canal que funciona sob a égide do projeto cultural torna-se, mesmo que geralista, um gueto para gêneros e programas.

E é isso que acontece com a TV Brasil. Mesmo com outras emissoras no espectro com mais tempo de existência e recursos, a faixa de filmes da TV Brasil concentra praticamente sozinha uma parcela considerável de documentários levados ao ar na televisão aberta. O que mostra que esse tipo de filme não se enquadra ou está fora da proposta, estratégia e arranjos comerciais dos veículos privados.

Considerações finais

Existe uma diferença fundamental entre a exibição em uma sala de cinema e na televisão aberta. Os cinemas são construídos em locais privados, sua estrutura, aquisição de insumos e pagamento de pessoal é feito pelo proprietário. As televisões comerciais, apesar de pertencerem a uma empresa privada, são concessões públicas. O espectro que ela ocupa não lhe pertence. Ela recebe uma autorização para veicular publicidade e obter lucro a partir da utilização desse bem público em troca de algumas atividades. Parte delas está expresso na Constituição, como ter uma programação com “preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas” (BRASIL, 1988). Porém, com um conjunto limitado de regras, a força do privado supera a coisa pública. Fora do esquema de mercado, os filmes nacionais não são objeto de atenção das emissoras comerciais.

Dessa forma, ficou para a televisão pública o dever de apoiar o cinema nacional. Como tem um grupo de características bem definidas, são normatizadas por leis e estatutos, utilizam recursos oriundos do orçamento do Estado, é considerada missão dela colocar no ar aquilo que não é exibido pelos veículos comerciais. Porém, as emissoras públicas tem se convertido em gueto cultural, onde são empurrados todos os gêneros, formatos e programas que não interessam ou não fazem parte da visão estratégica dos canais privados. Na

verdade, a responsabilidade de exibir conteúdo nacional precisa ser compartilhada por todos mediante o estabelecimento de uma nova legislação.

Assim, pode-se dizer então que se o cinema, local fechado com tamanho e circulação limitados por suas paredes, possui uma cota de tela, não há motivo para não haver a mesma regra para um sistema de comunicação de massa, capaz de alcançar milhões de pessoas, a partir de um mesmo dispositivo: a televisão.

Em relação à TV Brasil, mesmo com as dificuldades impostas pela baixa audiência, ela cumpre seu papel de apoiar a produção audiovisual nacional ao oferecer uma janela de exibição que não existe no ambiente privado. Por isso, ao exibir o cinema brasileiro, o canal do Poder Executivo consegue, na faixa de filmes, realizar o desafio de executar uma atividade de serviço público, na medida em que apresenta imagens que não são contempladas pela maior parte dos veículos.

Como apontado anteriormente por Cifuentes, a televisão pública tem como prerrogativa experimentar. Isso significa servir como uma ferramenta pedagógica para que o público possa contemplar novas visualidades, a partir do campo público. A exibição de documentários pela TV Brasil é um dos métodos que tem permitido cumprir essa diretriz. Com exceção da Globo, outras emissoras praticamente se esqueceram que existe cinema brasileiro e, em um caso mais particular ainda, o documentário brasileiro.

A sessão de filmes deve continuar a contemplar o documentário, os filmes brasileiros nas diversas temáticas e cenários, porém deve abrir a possibilidade de incorporar produtos com potencial para alcançar novos telespectadores.

REFERÊNCIAS:

ANCINE – Agência Nacional do Cinema. **Relatório de monitoramento da TV aberta**. Rio de Janeiro, 2007-2012.

BERNARDET, Jean Claude. **Cinema brasileiro**: propostas para uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRASIL. **Constituição**, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.652**, de 7 de abril de 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.874**, de 7 de dezembro de 2012.

CARMONA, Beth et al. (orgs.). **O desafio da TV pública**: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro, TVE Rede Brasil, 2003.

CIFUENTES, Diego Portales. *Televisão pública na América Latina: crises e oportunidades*. In: RINCON, Omar. **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: SSRG, 2002.

EBC – Empresa Brasil de Comunicação. **Relatório de gestão 2012**. Brasília, 2012.

FOLHA de São Paulo. A TV que não pega. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3107200902.htm>. Acessado em 06 de Jan. 2014.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Televisão cultural: entre a renovação e a invenção*. In: RINCON, Omar. **Televisão pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: SSRG, 2002.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira: uma visão econômica social e política**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MIOLA, Edna. **Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na Imprensa**. 2012. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ROCHA, Renata. O ministério da Cultura e a construção da TV Brasil: processos políticos, atores e mobilizações. In: **Revista Eptic online**. Vol. 15, n.2, p.87-101, maio-agosto, 2013.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão**. São Paulo: Ática, 1996.